**Sobre a ONG CIDADES SEM FOME**

A ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME (CsF) é uma organização não governamental (ONG) que desenvolve projetos de agricultura sustentável, baseados nos princípios da produção orgânica. Seu objetivo é levar a autosuficiência financeira e de gestão para os beneficiários dos projetos. Desenvolve projetos de Hortas Comunitárias, Hortas Escolares e Estufas Agrícolas utilizando espaços, áreas públicas e particulares precárias que não possuem uma destinação específica, para criar oportunidades de trabalho para pessoas em vulnerabilidade social e melhorar a situação alimentar e nutricional de crianças e adultos. A partir de 2009, a CIDADES SEM FOME desenvolve o seu quarto projeto, que auxilia Pequenos Agricultores Familiares do estado do Rio Grande do Sul à buscar alternativas para o plantio das monoculturas, apoiando-os na transição para uma gestão ecológica e novos negócios. A ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME foi criada em São Paulo em 2004 por Hans Dieter Temp, formado em Administração de Empresas e Técnico em Agropecuária e Políticas Ambientais. Em 2013 Hans Dieter Temp foi selecionado e agraciado com o título de Empreendedor Social “Changemaker” pela Ashoka. A organização recebeu vários prêmios nacionais e internacionais como o Prêmio Finep 2011 para Inovações Tecnológicas, o Dubai International Award for Best Practices 2010 (UN-HABITAT), e o prêmio AEA de Meio Ambiente 2009. Em 2012, a CIDADES SEM FOME foi selecionada pela Caixa Econômica Federal por ter cumprido as metas estabelecidas pelos Objetivos do Milênio da ONU.

**O contexto onde a ONG CIDADES SEM FOME ATUA**

São Paulo é uma metrópole superlativa, uma cidade de números imponentes. Só a população da megacidade de São Paulo ultrapassou onze milhões de pessoas. A região metropolitana de São Paulo composta por 38 municípios forma hoje, pelo seu crescimento populacional, uma aglomeração com mais de 20 milhões de habitantes. Cerca de 3,3 milhões de pessoas moram na Zona Leste da megacidade de São Paulo, o que representa 33% da população desta cidade e 18% da população da região metropolitana de São Paulo. O Índice médio de Desenvolvimento Humano (IDH), que além de medir o PIB (Produto Interno Bruto) e a sua distribuição, avalia a longevidade e o nível de instrução da população, atinge aqui 0,478. Em comparação, este índice de prosperidade lançado pelas Nações Unidas atinge na Zona Sul da cidade 0,927, o que corresponde ao valor do IDH da Alemanha. A população economicamente ativa da Zona Leste chega a 1.704.858 habitantes e constitui assim 31% da mão de obra de São Paulo. A megacidade de São Paulo conta com aproximadamente 904.089 desempregados. 40% deles, ou seja 358.282, moram na Zona Leste. Entre os moradores da região com emprego fixo, 33% trabalham no comércio e 41% no setor de serviços. É neste núcleo social, entre a Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera e São Miguel Paulista que nasceu em 2004, com a criação do projeto Hortas Comunitárias, a Organização CIDADES SEM FOME. O objetivo era e continua sendo a integração social de grupos vulneráveis, utilizando como ferramenta de inclusão trabalhos de horticultura, que contribuem efetivamente na melhora da alimentação das crianças e dos adultos. Desde então surgiram outros projetos em São Paulo e no Sul do Brasil.

**Projetos desenvolvidos pela ONG CIDADES SEM FOME**

**01 \_ Projeto Hortas Comunitárias**

**02 \_ Projeto Hortas Escolares**

**03 \_ Projeto Estufas Agrícolas**

**04 \_ Projeto Pequenos Agricultores Familiares**

**1\_PROJETO HORTAS COMUNITÁRIAS**

**O PROJETO** - A CIDADES SEM FOME transforma terrenos públicos e particulares da periferia da megacidade de São Paulo, em hortas comunitárias. O projeto, nessas regiões periféricas, conhecidas pela vulnerabilidade e pela carência de suas comunidades, visa melhorar a precária situação dos habitantes através de projetos sustentáveis de agricultura urbana, baseados em processos de produção orgânica. Esse projeto visa utilizar áreas públicas ou privadas que não tenham utilização específica, para a implantação e desenvolvimento de hortas a fim de proporcionar às comunidades carentes, oportunidades de trabalho, meios para capacitação profissional e geração de renda através da comercialização dos produtos obtidos pelos participantes do projeto. Tem por objetivo também, combater a desnutrição e melhorar a qualidade de vida das comunidades, uma vez que busca viabilizar o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos além de trazer benefícios de caráter ambiental para esta população. A forma de atuação do projeto “Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias” consiste na implantação de hortas comunitárias em áreas urbanas de grande concentração habitacional e esta iniciativa possui, como público prioritário, comunidades carentes que ocupam a periferia da Região Metropolitana de São Paulo. A proposta visa, sobretudo, oferecer alternativas para o desenvolvimento local dessas comunidades e minimizar os riscos e as condições de vulnerabilidade a que estão sujeitas. O projeto busca fomentar uma mobilização comunitária (sem, no entanto, isentar o poder público de suas responsabilidades) e, por meio da implantação de hortas em terrenos baldios e áreas subutilizadas, garantir, além de uma fonte de geração de renda, o aproveitamento de mão-de-obra ociosa ( principalmente de mulheres e pessoas da terceira idade), o fornecimento de alimentos frescos cultivados em bases orgânicas, contemplando, também, a questão da segurança alimentar e do ganho de auto-confiança por parte dos envolvidos. Também busca incentivar o cooperativismo e difundir princípios e uma consciência ecológica através da realização de oficinas e de práticas de Educação Ambiental. Almeja, portanto, atuar positivamente sobre questões de relevância social, econômica e ambiental. A criação e manutenção destas hortas proporciona uma melhora das condições de vida desta parte da população, oferecendo oportunidades de trabalho, capacitação profissional dos participantes e de seus dependentes, a geração sistemática de renda com a comercialização de legumes, hortaliças e frutas produzidos pelo projeto, uma agregação de valor após o processamento destes produtos e a formação de cooperativas ou associações abrangendo os núcleos de produção. Ao criar possibilidades para auferir renda de forma autônoma e promover uma capacitação profissional, o projeto fornece instrumentos que também viabilizam o rompimento com o ciclo assistencialista a que diversas famílias se submetem devido à falta de alternativas para que se desenvolvam de forma digna.

**ONDE É EXECUTADO** – A maior parte das hortas comunitárias encontra-se na zona leste da capital paulista. Essa região, devido à concentração habitacional e à inexistência de programas de geração de emprego para a população economicamente ativa, desponta como um pólo de miséria e violência dentro do contexto municipal. Apesar de estar situada na Região Metropolitana, a precariedade de ligações viárias, as más condições sociais, dadas as dificuldades de acesso, apropriação e fruição de uma infra-estrutura de saúde, educação e lazer adequadas, aliadas à baixa densidade econômica fazem com que a região não se beneficie dos equipamentos sociais disponíveis na metrópole. Esta condição se evidencia ao observarmos os indicadores associados aos cerca de 3,3 milhões de habitantes que moram na Zona Leste (33% do total paulistano e 17,76% da população da Região Metropolitana de São Paulo), que apresentam como IDH médio 0,478 ( enquanto o município de São Paulo possui IDH de 0,841) e uma taxa de criminalidade de indesejáveis 76,3 casos/ano para cada 100 mil habitantes. A população economicamente ativa da Região Leste chega a 1.704.858 habitantes e constitui assim 31% da mão de obra de São Paulo. A megacidade de São Paulo conta com aproximadamente 904.089 desempregados. 40% deles, ou seja 358.282, moram na Região Leste. Entre os moradores da região com emprego fixo, 33% trabalham no comércio e 41% no setor de serviços.A população desses bairros é formada, em sua maioria, por pessoas que migraram dos estados do Nordeste do Brasil para a capital paulista em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Os moradores dessas comunidades buscam compor seu orçamento através de serviços temporários que exigem pouca qualificação profissional, desempenhando funções como eletricista, ajudante de pedreiro, diaristas, faxineiras, lavadores de carros, etc. Porém, grande parte da população economicamente ativa desses bairros encontra-se desempregada, e por vezes, a distribuição de cestas de alimentos por parte da prefeitura é a única fonte de alimentação para muitas famílias. As mulheres e a população de idade mais avançada são os mais atingidos pela falta de emprego, e sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho contribui para a consolidação de uma apartação social, incorrendo em uma situação de alijamento sócio-político que os torna mais vulneráveis e carentes de condições para o pleno exercício de sua cidadania.

**QUEM SE BENEFICIA COM O PROJETO CIDADES SEM FOME/HORTAS COMUNITÁRIAS** - Pessoas com idade avançada com pouca ou nenhuma escolaridade que não conseguem mais inserção no mercado formal de trabalho, desempregados ou subempregados, mulheres (geralmente com grande número de filhos), pessoas em situação de risco social, famílias em precárias condições de moradia, moradores de rua, escolas da rede pública de ensino.

**COMO FUNCIONA O PROJETO -** Os membros da comunidade local escolhidos serão envolvidos em experiências de produção agrícola, objetivando aos mesmos a ter uma visão holística da cadeia alimentar e proporcionar a autonomia na gestão dos empreendimentos gerados. A comunidade participa do projeto de produção de alimentos que são distribuídos em parte para o auto-consumo dos participantes e suas famílias e o excedente da produção é comercializado. O dinheiro obtido é dividido entre os trabalhadores, assegurando assim, a geração de renda, a permanência dos trabalhadores nas atividades das hortas comunitárias e a autosustentabilidade futura do projeto.

**O PROJETO SE AMPARA EM QUAL MARCO LEGAL/REGULATÓRIO -** A institucionalização da agricultura urbana no município de São Paulo garante a consolidação de ações como o projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias no tempo, desatrelando-as de uma determinada gestão municipal, favorecendo e estimulando a reprodução desta prática. A integração da agricultura urbana no marco normativo da cidade de São Paulo a partir da inclusão de artigos sobre o tema no Plano Diretor legitimou esta atividade incorporando-a a uma estratégia de desenvolvimento municipal. A criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana no município de São Paulo, através da Lei nº 13.727, do decreto 45.665/04, regulamentou esta prática e gerou um espaço para a discussão de sua normatização. Outro elemento que favorece a adaptação e a reprodução do projeto em outras áreas é o Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana do município de São Paulo que possui como objetivo, constituir-se em um instrumento articulador entre as instituições.

**QUANTAS PESSOAS SÃO BENEFICADAS PELO PROJETO**

Atualmente 115 trabalhadores urbanos vivem exclusivamente da renda que os mesmos obtém com a comercialização dos produtos cultivados nas hortas. Mais de 800 pessoas cultivam hortas para o seu autoconsumo e mais de 1.000 pessoas já participaram dos cursos de capacitação em técnicas de produção de alimentos ministrado pela CIDADES SEM FOME.

**QUANTAS HORTAS JÁ FORAM IMPLANTADAS PELO PROJETO CIDADES SEM FOME**

25 Hortas Comunitárias

**QUAL A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE AGRICULTURA URBANA/HORTAS COMUNITÁRIAS.**

Superar a insegurança alimentar e nutricional, com sustentabilidade ambiental e econômica em regiões metropolitanas é hoje um dos maiores desafios para sociedades de todo o mundo. Reduzir a fome e o desemprego e, ainda, devolver à terra sua função de produzir tem se consolidado cada vez mais como responsabilidade de agentes sociais, comunidades e poder público. O aproveitamento de espaços urbanos disponíveis ou subutilizados, por meio do cultivo de frutas, hortaliças e plantas medicinais é uma tendência de futuro, que extrapola as iniciativas pioneiras em pátios de escolas ou creches. A agricultura está entre as principais vocações econômicas de muitos espaços periféricos urbanos e metropolitanos. Sua proximidade com o mercado consumidor faz dela uma atividade dotada de grande potencial de crescimento. As hortas comunitárias possuem uma elevada capacidade de geração de emprego e de renda e permitem a criação de empregos sustentáveis a custos relativamente baixos. Dentre as contribuições ambientais, podem ser destacadas a diminuição do acúmulo e a melhoria da qualidade da água. Uma parcela de lixo orgânico pode ser reciclada em compostos para fertilização dos solos e os recipientes, principalmente plásticos, podem ser reaproveitados para a produção de mudas e cultivo de algumas espécies. O valor estético de espaços verdes, a formação de microclimas, a preservação de doenças por meio de uma alimentação diversificada e o poder curativo das plantas medicinais são componentes da qualidade de vida proporcionadas pela agricultura urbana e pelas hortas comunitárias. Entre tantas possibilidades e inicativas, sem dúvida, o desenvolvimento da agricultura urbana e das hortas comunitárias tem importante papel para contribuir para o futuro da sustentabilidade das cidades.

 **COMO AS MULHERES, PARTICULARMENTE, SÃO BENEFICIADAS PELO PROJETO**

O projeto de hortas comunitárias incentiva o engajamento das mulheres porque sua participação traz melhores resultados do que os homens. Os motivos, entre outros são:

- as mulheres, em sua maioria, possuem filhos, o que as impossibilita de buscar no mercado formal de trabalho, uma ocupação continuada, devido a existência insuficiente de creches e instituições para deixar seus filhos durante o período de trabalho. As atividades nas hortas possibilita sua atuação nos períodos em que os filhos estão nas escolas. Esse fato faz com que as mulheres sejam trabalhadoras constantes, com atuação de longos períodos e em grande parte, sua participação é ininterrupta. Os homens, por sua vez, ficam nas hortas, enquanto estão desempregados, após conseguirem emprego, deixam o trabalho das hortas para se dedicarem à sua nova função, o que é perfeitamente compreensível e estimulado pela Cidades sem Fome.

- as mulheres, por não conseguirem empregos pelos motivos acima especificados, procuram, na coleta e venda de materiais recicláveis que encontram nas ruas (papel, papelão, garrafas PET, embalagens plásticas, etc), uma forma de arrecadar recursos para compor seu orçamento. Esse trabalho tem se mostrado indigno, uma vez que necessita de grande esforço físico, é altamente insalubre e pouco rentável, porque os produtos catados pelas mulheres são na maioria das vezes, comprados por atravessadores que oferecem preços irrisórios, determinando a essas mulheres, uma condição de quase escravidão.

O trabalho desempenhado pelas mulheres nas hortas comunitárias é altamente estimulante e valorizado, atua como agente de ressocialização pelo convívio diário de pessoas de uma mesma comunidade, permitindo a estas conhecerem seus problemas em comum e estabelecer estratégias para a sua solução. Nas hortas, as mulheres recebem capacitação profissional para exercerem suas atividades, o que leva a aumentar sua auto-estima, o que as faz sentir-se novamente cidadãs em suas comunidades. O rendimento financeiro obtido nas hortas comunitárias pelas mulheres, vem estimulando cada vez mais sua participação nas atividades, principalmente na parte de comercialização e busca por novos mercados.

**POR QUE UTILIZAR ESPAÇOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE AGRICULTURA URBANA E HORTAS COMUNITÁRIAS**

**A utilização do espaço urbano para a produção de alimentos**

Apesar do contexto urbano que caracteriza os bairros de uma maneira geral, existem na cidade de São Paulo e em suas regiões periféricas um grande número de áreas ociosas sem nenhum tipo de construção ou utilização específica. São áreas privadas e públicas, pertencentes à órgãos como prefeituras, Petrobrás, Transpetro, Eletropaulo, Incra, Cohab e outros. Essas áreas sem destinação própria representam um grande passivo para as comunidades dos entornos e também para a municipalidade, uma vez que sem utilização adequada, transformam-se em depósitos clandestinos de lixo e entulho, proporcionando condições favoráveis para as ocupações ilegais e desordenadas de moradias e a transformação dos espaços periurbanos em favelas e guetos. O objetivo do projeto é transformar essas áreas em locais produtivos, trazendo melhorias sociais, ambientais e econômicas para as populações, utilizando os próprios moradores dessas áreas com atores da transformação social. A oferta de alimentos e renda adicional em comunidades onde há violência e desemprego é determinante para o desenvolvimento de processos de cidadania. A violência está diretamente ligada à falta de ocupação, de oportunidades de trabalho, de oportunidades de inserção no contexto diário das atividades da sociedade, da exclusão total e irrestrita das políticas públicas de apoio à geração de renda e capacitação profissional. A violência e o desemprego são inversamente proporcionais ao desenvolvimento social de uma nação. O significado de uma renda adicional e a disponibilização de alimentos na mesa de comunidades carentes podem significar uma redução nas estatísticas da criminalidade local, uma redução nos números de crianças mortas por deficiências alimentares ou desnutrição completa. A Organização Cidades sem Fome, com o projeto das hortas comunitárias e agricultura urbana, busca romper as barreira das impossibilidades e improbabilidades e os resultados mostram-se espetaculares, trazendo benefícios para centenas de pessoas e o mais importante, transforma regiões antes deficitárias em pólos de produção e de desenvolvimento. As mulheres e as pessoas de terceira idade são os grupos que mais se beneficiam do projeto, uma vez que permite conciliar suas atividades domésticas com as atividades de produção e comercialização da horta.

**EM LOCAIS ONDE HÁ VIOLÊNCIA E DESEMPREGO, O QUE SIGNIFICA OFERECER ALIMENTO E RENDA ADICIONAL PARA AS COMUNIDADES POBRES** - A violência está diretamente ligada à falta de ocupação, de oportunidades de trabalho, de oportunidades de inserção no contexto diário das atividades da sociedade, da exclusão total e irrestrita das políticas públicas de apoio à geração de renda e capacitação profissional. A violência e o desemprego são inversamente proporcionais ao desenvolvimento social de uma nação. O significado de uma renda adicional e a disponibilização de alimentos na mesa de comunidades carentes podem significar uma redução nas estatísticas da criminalidade local, uma redução nos números de crianças mortas por deficiências alimentares ou desnutrição completa. Pode significar o início de um processo evolutivo na comunidade, a transformação das necessidades existenciais. Extermina-se o sentimento da miséria absoluta e estimula-se o ímpeto da sobrevivência através da renovação das esperanças perdidas, são alocadas forças nos indivíduos para tentar mudar o círculo da exclusão.

**RESULTADOS ALCANÇADOS**

**Econômicos:**

•Geração de renda média de 1 salário mínimo por família, em casos mais bem sucedidos, alcançou até 2 mínimos;

•Contribuição para a erradicação das condições de pobreza absoluta das famílias. Através do desenvolvimento de uma atividade produtiva, obteve-se renda com a venda dos produtos e reduziu-se os gastos com a compra de alimentos;

•As culturas mais exploradas apresentam maior procura e retorno financeiro mais rápido (de 40 a 60 dias após o plantio) e se constituem, se bem cuidadas, em explorações com baixas taxas de risco;

•Aproveitamento de áreas sem utilização com atividades produtivas, constitui-se em mais uma alternativa econômica para as comunidades.

•Nos casos em que a exploração de hortas comunitárias é considerada complementar às receita das famílias, a mesma contribui para uma diversificação de renda que, em casos de demissões do vínculo empregatício principal, as famílias não ficarão totalmente desamparadas até conseguir um novo emprego;

**Ambientais:**

•A melhora da gestão de espaços públicos e/ou privados, devolvendo-lhes aplicabilidades ambientais;

• Substituição de terrenos baldios por áreas verdes e produtivas;

•Aproveitamento de solos expostos e sujeitos a atuação de processos erosivos;

•Aproveitamento de dejetos orgânicos para a melhoria da fertilidade do solo e aumento da produtividade e produção de alimentos;

•Melhoria da paisagem do bairro, dando melhor aparência urbanística;

•Aproveitamento de áreas e redução de depósitos de lixo e proliferação de insetos e roedores.

•Incremento das reservas de águas subterrâneas devido à maior infiltração das águas pluviais;

•Coleta e utilização de sobras orgânicas para a produção de compostos orgânicos;

•Permitiu a criação de espaços para a volta dos agentes da biodiversidade como pássaros, borboletas, abelhas, etc

**Sociais:**

•Maior segurança nas comunidades, proporcionada pela ocupação de terrenos baldios, acabando com as áreas abandonadas, local de refúgio de deliquentes e usuários de drogas.

•Geração de trabalho e renda para 150 famílias, beneficiando 900 pessoas indiretamente;

•Na rede pública de ensino, mais de 3.000 estudantes e professores foram beneficiados com processos de capacitação em hortas comunitárias e inseridos em temáticas de educação ambiental.

•Geração de trabalhos diretos e indiretos;

•Incremento da participação da população da tomada de decisões pela representatividade das associações formadas;

•Redução dos níveis de pobreza da população;

•Ocupação de mão-de-obra envolvendo toda a família, direcionando atividades produtivas para todos os membros das famílias;

•Disponibilização de alimentos para o autoconsumo das famílias participantes do projeto, ajudando na alimentação das famílias, incentivando a mudança de hábitos alimentares mais saudáveis e reduzindo os gastos com a compra dos mesmos;

•Contribuição para a melhoria das condições sociais, econômicas e da qualidade de vida, como a incorporação de infra-estrutura comunitária e serviços. Fatos diferenciais entre os locais onde se encontram instaladas as hortas mais antigas e as que estão em processo de instalação;

•Redução de risco de vandalismo pela ocupação de terrenos baldios.

•O projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias criou oportunidades de trabalho para grupos excluídos do mercado formal de trabalho, como pessoas com idade avançada, moradores de rua, desempregados entre outros com baixa ou nenhuma escolaridade. Para estes, a inserção nas atividades do projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias significou a reconquista de sua cidadania.

**QUE IMPACTOS O PROJETO TROUXE PARA AS COMUNIDADES BENEFICIADAS**

**Impactos Sociais:**

• O fortalecimento da sua capacidade de intervenção e de valorizar suas contribuições na solução dos problemas, empreendendo-se como atores ativos na gestão urbana e/ou rural foi um marco Conquistado pelas comunidades envolvidas no projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias.

• A conquista de melhorias na qualidade de vida, sua participação em espaços de diálogo, na tomada de decisões comunitárias e de negociação, convergiu em uma estratégia para a inclusão social e a governabilidade participativa.

• Um impacto marcante proporcionado pelo projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias foi diminuir o isolamento social e político em que vivem as pessoas das comunidades em que o projeto atua. Antes do início das atividades do projeto, a maioria dos cidadãos das comunidades eram atores não participantes dos processos de cidadania. O isolamento transformou grande parte dos moradores das comunidades em pessoas tímidas nas tomadas de decisões comunitárias, carentes de iniciativas e receosos de questionar seus direitos junto a autoridades, órgãos públicos e programas governamentais que poderiam contribuir de maneira significativa para a redução de suas carências. A implantação do projeto trouxe, juntamente com os processos de capacitação e a participação ativa dos moradores, um olhar mais otimista para a solução das questões que envolvem a comunidade, descortinando novas iniciativas e oportunidades para a solução dos problemas locais.

• Maior presença da Prefeitura Municipal junto aos moradores, permitindo um melhor conhecimento das realidades locais e das necessidades das comunidades;

• Contribuição para a organização da população em associações comunitárias;

• Maior representatividade da comunidade junto a instituições públicas e particulares;

**Impactos Econômicos:**

• As descobertas de mercados na comunidade - o aumento na renda dos beneficiários foi alcançado através da divulgação junto as comunidades onde as hortas estão inseridas usando como foco a sensibilização e o incentivo para os moradores adquirir produtos oferecidos por um projeto ou ação social, onde há a venda conjunta, beneficiando várias pessoas. O impacto surgiu com a organização da comunidade envolvida, tanto a comunidade produtora das hortas comunitárias quanto a comunidade consumidora dos produtos dessa horta, através de uma estratégia planejada e construída visando incorporar o empreendimento às iniciativas de consumo solidário que, tem por objetivo a eliminação de processos intermediários de venda que subtraem de maneira agressiva os ganhos dos beneficiários.

• Os processos de delegação de responsabilidades para os participantes do grupo e também as ações de empreendedorismo que partem dos próprios trabalhadores das hortas e das comunidades. O foco foi descobrir maneiras de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades a partir dos trabalhos que inicialmente fazem nas hortas, aproveitando o seu conhecimento sobre a comunidade na qual vivem a várias décadas, aproveitar esse conhecimento local e regional para identificas possíveis perspectivas de novos negócios ou empreendimentos.

• Atuação conjunta das famílias na compra de insumos. As famílias se organizam para adquirir produtos em maior quantidade e mais baratos. Busca-se também, a atuação conjunta para a comercialização dos produtos.

**Impactos Ambientais:**

• A melhora da gestão de espaços públicos e/ou privados, devolvendo-lhes aplicabilidades Ambientais;

• A substituição de terrenos baldios por áreas verdes e produtivas;

• Aproveitamento de solos expostos e sujeitos a atuação de processos erosivos;

• Aproveitamento de dejetos orgânicos para a melhoria da fertilidade do solo e aumento da produtividade e produção de alimentos;

• Melhoria da paisagem dos bairros, dando melhor aparência urbanística;

• Aproveitamento de áreas e redução de depósitos de lixo e proliferação de insetos e roedores.

• Incremento das reservas de águas subterrâneas devido à maior infiltração das águas.

**2\_PROJETO HORTAS ESCOLARES**

 **Descrição.**

Existem na cidade de São Paulo e em suas regiões periféricas um grande número de escolas com grandes áreas físicas sem nenhuma utilização específica, o que representa um passivo para os administradores e educadores. Nessas regiões, encontram-se também os maiores bolsões de pobreza da cidade. O projeto quer utilizar de maneira racional os espaços existentes, aproveitando-os para a produção de alimentos, criando uma interface entre alunos, professores e comunidades do entorno dos centros educadores, visando permitir a produção de alimentos para as famílias mais necessitadas e criar vínculos ambientais com os jovens. O projeto Horta nas Escolas permite que os alunos possam desenvolver oficinas práticas de plantio em hortas e vivenciar os trabalhos. Sua participação no projeto representa um meio importante de produção de conhecimento, de organização e de participação em comunidade. Os alunos aprendem que, cultivar a horta é conhecer a matemática envolvida no plantio e nas colheitas, a biologia das plantas e do solo, o valor nutritivo dos alimentos. Cultivar a horta e trabalhar na criação de mudas de árvores significa dividir tarefas e organizar responsabilidades, além de implicar na participação ativa em um processo de transformação e melhoramento dos espaços físicos da comunidade onde as escolas estão presentes. A proposta da Organização Cidades sem Fome nesse projeto, é transformar todo o espaço das escolas em espaços pedagógicos. Entendemos que, dessa maneira, as ações contribuirão para o enfrentamento dos problemas que se identificam nas comunidades onde vivem, tendo os alunos como agentes de transformação, de intervenção na preservação e na defesa do meio ambiente, dos bens culturais e históricos. O aprendizado das soluções para esses problemas pelos alunos nas atividades do projeto Horta nas Escolas, nas temáticas ambientais, enfocará a sustentabilidade do projeto e trará a agregação de valores para a valorização e conservação do meio ambiente local. Trará também, conseqüentemente, uma maior mobilização do poder público para essa região, com a introdução de mecanismos que permitirão o desenvolvimento das comunidades inseridas nesse contexto. A metodologia enfocada, tanto para os alunos como os beneficiários diretos do projeto, considera o ser humano como sujeito de sua história e como responsável pela construção de uma sociedade mais justa e democrática e, tem como princípio o respeito ao saber e à criatividade dos cidadãos. O professor e o técnico (capacitadores), são vistos como facilitadores que instrumentalizam os alunos. Assim, o processo de aprendizagem é mútuo, de troca de valores e saberes. A aprendizagem resultante é engajada, na medida em que é gerada a partir da reflexão consciente, sobre a realidade local. O projeto Horta nas Escolas também atuará como instrumento de fortalecimento pedagógico, uma vez que as atividades ali desenvolvidas ajudam o professor a co-relacionar diferentes conteúdos e coloca em prática a interdisciplinaridade com os seus alunos. A matemática pode ser um exemplo, com o estudo das diferentes formas dos alimentos cultivados, além disso, o estudo do crescimento e desenvolvimento dos vegetais pode ser associado com o próprio desenvolvimento. Isto é, a importância da terra ter todos os nutrientes para que a semente se desenvolva em todo o seu potencial, livre de qualquer doença. Essas atividades também asseguram que a criança e a escola resgatem a cultura alimentar brasileira e, conseqüentemente, estilos de vida mais saudáveis.

**Justificativa**

•A horta inserida no ambiente escolar servirá como um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos.

•A problemática ambiental é uma das principais preocupações da sociedade moderna, desencadeando, por isso, uma série de iniciativas no sentido de reverter a situação atual de conseqüências danosas à vida na Terra. Uma dessas iniciativas é a Educação Ambiental que as instituições de educação básica estão procurando implementar, na busca da formação de cidadãos conscientes e comprometidos com as principais preocupações da sociedade. Aliado a este fator, o rápido processo de urbanização das cidades, que substitui espaços verdes por concreto, diminui o contato direto das crianças com todos os elementos bióticos da natureza da qual é parte integrante. Dentro desse paradigma, as crianças passaram a ter espaços cada vez mais restritos para vivenciarem o prazer natural de terem contato com elementos do ambiente do qual fazem parte. Para a educação fundamental, as atividades de educação ambiental nas escolas inserem-se em diversos temas transversais, principalmente meio ambiente, saúde e consumo, nas áreas do saber (disciplinas), de modo que impregne toda a prática educativa, e ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais. É de suma importância destacar a preocupação demonstrada pela maioria dos professores em trabalhar educação ambiental nas escolas. Esta preocupação torna-se ponto favorável para a implantação de novas idéias e propostas ligadas à área.

•Alimentação nas escolas. No Brasil de hoje, a má alimentação não é problema exclusivo de pobres nem de ricos, gente de todas as classes sociais se alimentam mal. Os problemas decorrentes de uma alimentação inadequada, como desnutrição, anemia, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, afetam tanto crianças, quanto jovens e adultos. Por isso, a educação alimentar desde a mais tenra idade é fundamental. As escolhas alimentares são experiências aprendidas. A familiaridade com o alimento é fator preponderante para sua aceitação e a partir daí aprende-se a gostar do que está disponível. A escola é indiscutivelmente o melhor agente para promover a educação alimentar, uma vez que é na infância e na adolescência que se fixam atitudes e práticas alimentares, difíceis de modificar na idade adulta. A finalidade da educação alimentar é transformar o alimento em um instrumento pedagógico, transpondo os limites do ato alimentar, fazendo com que este se transforme em um ponto de partida para novas descobertas. Apesar da alimentação ser servida nas instituições de ensino, raramente esta é vista como conteúdo de ensino. A educação alimentar deve ser levada para o ambiente escolar, onde o educando pode e deve reforçar a adoção de bons comportamentos alimentares. Na infância é que o ato alimentar pode ser vastamente explorado, pois é nesta fase que a curiosidade é extremamente aguçada, os preconceitos ainda não foram adquiridos e onde surge a possibilidade de formação de um senso crítico mais amplo. Por esse motivo, as hortas escolares desempenham um papel importante no desenvolvimento de bons hábitos alimentares das crianças, uma vez que familiariza os envolvidos com os alimentos. O projeto horta nas escolas pode orientar a inclusão de temas como a reorientação alimentar, alimentação saudável nas atividades pedagógicas. Os conhecimentos e as habilidades que permitam às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis, de forma segura e adequada, muito contribuem para a promoção da saúde. Contudo não basta apenas defender a idéia do acesso aos alimentos simplesmente, mas também que eles sejam oferecidos aos alunos de forma dinâmica e prazerosa, com qualidade, em atividades que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

•A horta escolar como estratégia interdisciplinar de educação ambiental e alimentar.

O projeto horta nas escolas sugere que os conteúdos de educação ambiental e alimentar sejam tratados nos temas transversais de maneira interdisciplinar na educação formal. Em outras palavras, propõe-se que as questões ambientais e de saúde permeiem os objetivos, conteúdos e orientações didáticas nas disciplinas, não passando, necessariamente, para o objetivo das aulas. As hortas escolares deverão ter a proposta e a finalidade de:

 •• servir como linha orientadora para que cada escola/docente possa adaptar o projeto à sua realidade local, como por exemplo, escolas situadas na periferia com grandes espaços físicos e com áreas verdes e escolas situadas em áreas densamente povoadas, com pouquíssimo espaço físico.

 •• adequar o trabalho às faixas etárias das crianças.

 ••inspirar os alunos a se mobilizarem, a procurar o conhecimento, buscar o como fazer. Dar espaço para o questionamento e a reflexão, que são próprios desses temas.

•• tornar-se um elemento capaz de desenvolver temas envolvendo educação ambiental e alimentar, pois além de conectar conceitos teóricos a práticos auxiliando o processo de ensino e aprendizagem, as hortas escolares devem constituir-se como uma estratégia capaz de auxiliar no desenvolvimento dos conteúdos de forma interdisciplinar, distribuídos em assuntos trabalhados por temas transversais.

**Objetivo Geral**

Implantar hortas escolares em escolas da rede pública e particular de ensino, em entidades que promovam ações de amparo a jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais.

**Objetivos Específicos**

•Implantar hortas educativas nas escolas como um instrumento de educação ambiental e alimentar de forma interdisciplinar e vivenciada, onde a natureza é compreendida como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente das transformações do mundo em que vive.

•Promover a educação alimentar e contribuir para a diversificação da merenda escolar, agregando verduras e legumes produzidos em processos orgânicos.

•Utilizar o uso das hortas como espaço pedagógico, de terapia ocupacional, de busca de hábitos saudáveis bem como uma forma de estreitar vínculos entre a escola, pais de alunos e comunidade local.

•Desenvolver a prática do cultivo de hortaliças nas escolas públicas, servir de laboratório para o aprendizado de práticas de educação ambiental, alimentação saudável e convívio social.

**Público Alvo**

Alunos da rede de escolas públicas e particulares.

Professores, diretores e pais de alunos.

Pessoas com necessidades especiais

Entidades que abrigam jovens e/ou pessoas idosas.

**Metodologia**

A metodologia adotada envolve alunos, professores, pais de alunos, escolas e comunidades num trabalho multidisciplinar em que todos os envolvidos se comprometes a realizar os objetivos propostos. Para o cumprimento das atividades são realizadas oficinas, palestras, reuniões e debates, plantios de verduras e legumes em hortas confeccionadas nos espaços físicos das escolas. A Organização Cidades sem Fome disponibiliza técnicos para a realização das atividades nas hortas escolares, para aulas práticas demonstrativas para pais de alunos, professores e diretores bem como para realizar as atividades com os alunos. A Cidades sem Fome incentiva seus parceiros a desenvolver cartilhas instrutivas ensinando como plantar hortaliças, manejo com as culturas, época de plantio, valor nutricional entre outros itens para a distribuição para professores, alunos e pais de alunos. As escolas devem disponibilizar área para a elaboração da horta, incentivar a participação de alunos e professores e serão os responsáveis pela sustentabilidade do projeto. Será das escolas a responsabilidade de organizar grupos de pessoas para fazer a manutenção dos espaços das hortas escolares nos finais de semanas, feriados e em períodos de recesso escolar. A metodologia empregada obedece sempre à critérios participativos e busca, entre outros:

•Implantar hortas com vários canteiros com o objetivo de aplicar conteúdos de forma prática e dinâmica nas áreas de ecologia, geografia, matemática e química, proporcionando o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

• Dinamizar e facilitar a compreensão de conteúdos como o ciclo das águas, o ciclo do oxigênio, o brotamento das sementes.

• Aulas expositivas, com o objetivo de inserir os alunos nas atividades e reforçar os temas trabalhados.

•Utilização dos “saberes populares” vindos de pais de alunos, professores e moradores próximos das escolas. Esses conhecimentos serão incorporados nas práticas de construção das hortas escolares e viabilizarão a formação de uma rede de conhecimentos e de pessoas que darão sustentabilidade às ações do projeto.

**Resultados alcançados**

• Maior integração do corpo docente, melhora no nível de socialização do aluno.

• Desenvolvimento de habilidades específicas dos alunos.

• Melhorar a estética dos espaços físicos das escolas.

• Conscientização para a necessidade de conservação dos recursos naturais.

• Aproveitamento de áreas escolares sem utilização para atividades produtivas.

• A melhora da gestão de espaços públicos.

• Substituição de espaços inutilizados por áreas verdes e produtivas.

• Melhor aparência paisagística.

• Incremento das reservas de águas subterrâneas.

• Coleta e utilização de sobras orgânicas para a produção de compostos orgânicos.

• Introdução na merenda escolar de verduras e legumes frescos de alto valor nutritivo.

• Possibilitar aos alunos e professores aprendizados sobre a produção, o preparo e o consumo de alimentos de forma simples e atrativa.

• Estimular hábitos alimentares saudáveis com o consumo de verduras e legumes produzidos nas hortas escolares.

• Criar nas hortas escolares, possibilidades de aprendizados e capacitações para a família dos alunos. Através da observação e do manuseio da horta escolar, os pais dos alunos poderão construir em suas casas sua própria horta cuja finalidade será o aproveitamento das verduras e legumes ali produzidos para o consumo da família.

**QUANTAS HORTAS ESCOLARES JÁ FORAM CONSTRUÍDAS?**

38 hortas escolares já foram implantadas. 28 no município de São Paulo, 5 no município de Porto Ferreira/SP e 4 no município de Ponta Grossa/PR.

**QUANTOS ALUNOS FORAM BENEFICIADOS COM O PROJETO HORTAS ESCOLARES?**

Mais de 14.000 alunos participaram dos processos de construção, manutenção e colheita nas hortas escolares implantadas nas escolas da rede pública de ensino.

**3\_PROJETO ESTUFAS AGRÍCOLAS**

A CIDADES SEM FOME desenvolveu uma metodologia para a construção de estufas agrícolas mais baratas do que o método tradicional que utiliza materias nobres e mais caros como alumínio e ferro galvanizado. A utilização de materiais alternativos permitiu baixar em até 50% os custos e os resultados continuam excelentes. Sem preocupação com o clima, as estufas garantem a safra o ano todo, independente das estações e das variações climáticas. Com as estufas e as técnicas de produção de cultivos protegidos fica assegurada a renda dos participantes do projeto.

**COMO FUNCIONA UMA ESTUFA AGRÍCOLA**

**O vidro ou o plástico agrícola, também chamado de filme agrícola usado em estufas, foi idealizado para que durante o dia , a luz do sol (energia radiante ) possa transpassar facilmente por suas estruturas, pois o material do vidro ou o filme é transparente para esse tipo de radiação, que possui uma determinada frequência. Durante a noite , quando as ondas de calor que possuem uma frequencia diferente da luz solar, são emitidas no interior da estufa , são barradas em seu interior, pois o material do vidro  ou do filme agrícola são opacos para esse tipo de radiação e desse modo garantem a permanência de grande parte do calor no interior da estufa agrícola. As ondas de calor permanecem retidas no interior do espaço protegido. O processo da fotossíntese e a produção de oxigênio são acelerados em ambientes favoráveis – mais quentes e úmidos, o que proporciona maior rapidez no crescimento, melhor floração e frutificação.**

**QUAIS AS VANTAGENS DA PRODUÇÃO EM ESTUFAS AGRÍCOLAS?**

•Produção ao longo de todo o ano, independentemente dos ciclos climáticos.

•Oferta de produtos diversificados para atender as demandas de consumo e/ou da comercialização.

•Oferta de produtos em quantidade e qualidade suficientes para atender necessidades de consumo e/ou de contratos de fornecimento.

•Aumento em 40% na produção, quando comparada à produção com métodos convencionais.

•Proteção contra geadas, chuvas fortes e granizos.

•Proteção contra insetos

•Melhora/aumento do número de colheitas anuais.

•Possibilidades de colheitas nas entresafras – produção constante para o autoconsumo em épocas de escassez de produção de verduras e legumes. •Possibilidades de negociação dos produtos a preços mais elevados.

•Economia de insumos e despesas de cultivos.

•Redução significativa de ocorrências de pragas e doenças.

•Maior controle do ambiente e do clima.

•Uso mais eficiente de nutrientes e fertilizantes.

•Uso em escalas mínimas e racionais de água para a irrigação das culturas em estufas agrícolas***.***

**QUANTAS ESTUFAS AGRÍCOLAS JÁ FORAM CONSTRUÍDAS COM ESSA METODOLOGIA**

7 estufas agrícolas já foram construídas com o uso de materiais alternativos – todas no município de Agudo/RS, onde desenvolvemos um projeto com pequenos agricultores familiares.

**4\_PROJETO PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES - Criação de novos negócios em propriedades de pequenos agricultores familiares**

Reaplicamos o projeto Hortas Comunitárias em uma área rural. A proposta consistiu em desenvolver um projeto semelhante ao que implantamos em São Paulo no interior do estado do Rio Grande do Sul, em uma pequena comunidade agrícola, que se chama Agudo. A cidade de Agudo  situa-se a cerca de 280km de Porto Alegre, direção centro do estado. Essa cidade está situada numa região onde a imigração alemã e italiana tiveram grande influência na formação econômica, cultural e social das populações. Hoje, a atividade econômica predominante da cidade de Agudo e várias cidades lmítrofes está baseada na produção e no cultivo do fumo (tabaco). Décadas atrás, antes do evento do cultivo do fumo, a economia se baseava em agricultura familiar forte e diversificada, onde todas as propriedades possuíam criação de porcos, galinhas, gado, pomar, cultivavam-se feijão, arroz, trigo, batatas, enfim, produzia-se tudo para o autoconsumo dos membros da família e o excedente da produção era comercializado para gerar dinheiro. Até os anos 80 as comunidades rurais dessas cidades eram comunidades muito bem estruturadas e fortalecidas, de posses de belas residências e donas de excelentes propriedades de terras nas quais avistava-se grandes quantidades de matas e florestas nativas. No início dos anos 80 houve um grande incentivo por parte das multinacionais fumageiras para transformar o modelo da agricultura familiar até então vigente em um novo modelo de produção de tabaco ou fumo. As estratégias utilizadas pelas indústrias tabageiras foram incentivar os agricultores familiares para que estes, apenas plantassem fumo em suas propriedades com a promessa de compra integral da produção pelas companhias de fumo e tabaco. Hove uma migração gigantesca do modelo antigo de produção e o cultivo do fumo/tabaco começou a ser a atividade econômica mais trabalhada na região. As indústrias fumageiras incentivavam os produtores com custeios em dinheiro para passarem o ano e para pagar suas despesas até os meses da safra, só que o custo desse dinheiro estava sempre atrelado à taxas de juros bancários, o que denotava no final da colheita, grandes descontos no faturamento dos agricultores. O que aconteceu foi que grande parte desses agricultores deixaram de produzir seus alimentos, seus animais, seus pomares e dedicaram-se exclusivamente à atividade fumageira, comprando em supermercados e no comércio local, todos os gêneros alimentícios de primeira necessidade, que outrora mesmo produziam em suas propriedades. O resultado dessa mudança fez-se sentir já no início dos anos 90, quando grande parte dos agricultores acumulavam enormes somas em dívidas junto ás empresas fumageiras e aos bancos. Muitos tiveram suas propriedades e terras hipotecadas aos bancos que depois de inúmeras tentativas de receber os créditos, não restou outra alternativa a não ser tomar as terras dos agricultores para liquidar suas dívidas junto a essas instituições financeiras. Ainda hoje, a grande maioria dos agricultores que planta e cultiva o fumo encontra-se em situação lastimável, com grande acúmulo de dívidas e sem nenhuma expectativa de melhoria em suas condições de vida. Outro fator que chama muito a atenção, foi o grande desmatamento provocado pelos agricultores, que precisam de madeira para secar o fumo em grandes fornalhas. Os impactos gerados pela produção do fumo não são somente econômicos e ambientais. Grande parte da população que trabalha ativamente com a cultura do fumo possui grande incidência de casos de câncer, provocado pela grande carga de agrotóxicos utilizados na produção dessa cultura. Um grande número de crianças está nascendo com deformidades congênitas, devido ao contato dos pais com os venenos e insumos altamente tóxicos durante a gravidez e também, acredita-se, que as deformidades nas crianças já são problemas de alterações genéticas causados nos pais pela exposição excessiva e de vários anos aos venenos aplicados no cultivo do fumo. Em conversas mantidas com agricultores do local, foi nos solicitado explicar o modelo de produção das hortas comunitárias do projeto Cidades sem Fome em São Paulo e ficou muito evidenciado o interesse de todos no projeto nessa capital. A proposta de reaplicação do projeto nessas comunidades rurais, baseou-se na diversificação da produção nas propriedades dos agricultores que trabalham hoje, exclusivamente com o fumo/tabaco. A idéia que passamos para eles, seria desenvolver um projeto parecido como o que estamos aplicando em São Paulo, com algumas alterações. Sugerimos que o iníco de tudo deveria ser uma proposta de uma associação de pelo menos 10 agricultores e que estes deveriam ser beneficiados com estufas agrícolas, tanques de peixes etc, para gerar renda alternativa e aos poucos se desvincular do cultivo do fumo. Cada produtor planta hoje em sua estufa uma cultura diferente, por exemplo, produtor A planta cenouras, produtor B planta beterraba, produtor C planta tomates e assim por diante. O projeto contemplou um veículo de carga, 1 trator e outras ferramentas para o uso em comum, e também para escoar a produção para cidades maiores. Existem em um raio de 100 km do local, 11 cidades que absorvem os produtos cultivados dessas pessoas. A proposta inicial era provocar uma mudança na mentalidade dos agricultores, mostrar que um novo modelo de produção seria viável. Depois, viriam as estratégias de reaplicação do modelo para outros agricultores interessados.

Entendemos que o projeto é viável e sua implantação requeria os mesmos conhecimentos técnicos que utilizamos aqui em São Paulo. A formatação do projeto seria evidentemente diferente, uma vez que o público beneficiário são produtores com grande capacidade de intervenção, muito diferente do público que trabalhamos em São Paulo. Mas isso foi um ponto favorável ao projeto, uma vez que se trabalha na condição de que os produtores contemplados com estufas, tratores, insumos etc, podem, por exemplo, destinar a um fundo, uma porcentagem sobre o valor de suas vendas, o que irá permitir em pouco tempo reaplicar o modelo para outros agricultores sem a necessidade de novos patrocínios, isso cria uma escala de sustentabilidade ao longo do tempo.

Também, na cidade de Agudo, queremos implantar um Centro de Pesquisas, onde a proposta é montar uma estrutura para receber estagiários, universitários, pesquisadores e/ou voluntários. O projeto poderá receber formandos das universidades dos USA, Alemanha, Canadá e de outras partes do mundo que possuam interesses em projetos de agricultura, pesquisas ambientais, tecnologias para a criação de negócios alternativos para os produtores locais etc. Nossa proposta é utilizar o conhecimento dessas pessoas para implantar e desenvolver práticas mais modernas e eficientes nos projetos que iremos desenvolver nos próximos anos e a cidade de Agudo pode oferecer para os visitantes grandes atrativos para a aplicação do conhecimento adquirido em projetos de desenvolvimento social sustentáveis para comunidades carentes. Todo o processo será sempre acompanhado, administrado e gerenciado pela Cidades sem Fome. Nessa cidade já estamos trabalhando, em conjunto com a prefeitura local, no desenvolvimento de um modelo de geração de novas atividades para gerar renda mais continuamente e diversificada ao longo do ano. Já implantamos o projeto modelo com cinco famílias de agricultores que são produtores de fumo. Construímos em cada propriedade, estufas agrícolas, criatório de peixes e estamos ajundando-os a diversificar sua renda na propriedade. Queremos mostrar-lhes que é economicamente mais rentável, diversificar as atividades da propriedade com a inclusão de várias atividades que geram renda mais continuadamente do que viver de uma atividade de monocultura como é o caso do cultivo do tabaco.

A CIDADES SEM FOME identificou no início do ano de 2013, uma nova potencialidade de negócio para os 5 produtores que fazem parte do projeto Pequenos Agricultores Familiares na cidade de Agudo, no Rio Grande do Sul – a produção e a comercialziação de mandioca descascada (semi-industrializada). É grande o consumo de mandioca (**Cassava** (***Manihotesculenta)*** no sul do Brasil. O grande problema consiste em abastecer os mercados com mandioca de boa qualidade o ano inteiro. Sua colheita se dá entre os meses de abril, maio e junho. Para os consumidores, é fundamental que a mandioca ao cozinhar fique bem macia e tenha um paladar agradável. Como no Rio Grande do Sul, as estações do ano são bem definidas, com verões quentes e invernos muito frios, basta apenas uma geada no início do inverno para que a mandioca altere suas características originais. Com a geada, a mandioca quando cozida não fica mais tão macia e apresenta gosto amargo. Com isso, em questão de poucas semanas, acaba o consumo e a comercialização. O que sobra de mandioca nas propriedades dos agricultores não pode ser mais utilizada para a comercialização, serve apenas para alimentar suínos e o gado. A CIDADES SEM FOME identificou nesse contexto, uma oportunidade de criação de um novo negócio para os produtores do projeto. A proposta feita pela CIDADES SEM FOME para os agricultores foi como produzir e colher a mandioca nos meses anteriores ao inverno, como estocar essa mandioca em grande quantidade e como comercializar os estoques nos meses em que ninguém produz. A solução encontrada foi a construção de uma grande Câmara Fria, que pudesse armazenar e manter congelada a mandioca descascada dos produtores durante o inverno e durante os meses de grande produção (quando todos outros agricultores possuem mandioca para a venda). Em junho de 2013 foi construída uma Câmara Fria com capacidade para estocar 50.000kg de mandioca. Todos os 5 agricultores participaram do financiamento dessa Câmara Fria. A Câmara Fria foi totalmente preenchida com mandioca e a comercialização começou no final de novembro de 2013. Até o dia 20 de janeiro todo o estoque havia sido vendido. Nos meses de verão (novembro, dezembro, janeiro e março) ninguém produz mandioca no Rio Grande do Sul, por isso os preços sobem e existe uma grande procura por esse alimento por supermercados, restaurantes, empresas de eventos e consumidores privados. A estratégia da CIDADES SEM FOME foi acertada e os 5 Pequenos Agricultores Familiares tiveram uma renda adicional significativa. O lucro obtido com a comercialização, já descontados todos os custos, como energia elétrica, mão de obra para descascar a mandioca, transporte e combustível, chegou a R$ 30.000,00, o que rendeu a cada produtor uma renda adicional de R$ 6.000,00 anuais. O resultado despertou nos agricultores do projeto novas perspectivas de negócios e de empreendedorismo. Segundo estudos da Associação Comercial e da Prefeitura de Agudo/RS, existe um déficit de fornecimento de mandioca na região na ordem de 1milhão de quilos anuais. Em conversas da CIDADES SEM FOME com os agricultores do projeto, ficou estabelecido que será necessário o investimento na criação de uma pequena agroindústria, com equipamentos mais modernos, acompanhamento técnico e logística de comercialização adequadas.*-″Tivemos uma experiência boa com a comercialização dos produtos coloniais de Agudo para outras regiões. Os agricultores que fazem parte do projeto CsF Pequenos Agricultores Familiares viram que juntando forças de todos e trabalhando coletivamente, os resultados aparecem. Precisamos investir mais para criar uma estrutura de empresa dentro do projet, principalmente em equipamentos como uma máquina de descascar mandioca, para otimizar nosso tempo. Dessa maneira podemos produzir com qualidade e acessar novos mercados para os nossos produtos. As dificuldades sempres existem, mas aos poucos o projeto com os Pequenos Agricultores Familiares vai ficando conhecido e novas oportunidades de negócios irão surgir″ - explica Francisco de Assis Neto, que foi um dos incentivadores para a produção e comercialização de mandioca dentro do grupo dos Pequenos Agricultores Familiares de Agudo/RS.*

**PORQUE AS MONOCULTURAS TRAZEM TANTOS PROBLEMAS PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES? COMO A PRODUÇÃO DO TABACO ACELERA O EMPOBRECIMENTO DOS AGRICULTORES DO SUL DO BRASIL?**

Um estudo sobre as causas da fome e pobreza no Brasil mostra que para diversos autores a principal causa para a insegurança alimentar é a dificuldade de acesso aos produtos alimentícios, principalmente, em razão da falta de poder aquisitivo de uma grande parcela da população para adquirir a quantidade mínima de alimentos necessária para a sua sobrevivência. Os autores também mostram que outros fatores contribuem para a insegurança alimentar, dentre os quais a falta de acesso aos bens de produção na área rural, a falta de acesso a uma orientação técnica eficaz e continuada, a grande dificuldade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, os altos custos das tecnologias para a produção, dos insumos e dos maquinários agrícolas, as dificuldades de acesso à informação, especialmente, devido a baixa escolaridade ou ao analfabetismo das populações rurais (Brasil/Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2003). Nesse contexto, é importante ressaltar que a monocultura do tabaco também se configura claramente como importante co-fator da insegurança alimentar, ao competir com os alimentos da Cesta Básica pela fatia da renda familiar de muitos trabalhadores de baixa renda e baixa escolaridade. A indústria do fumo se organiza mundialmente sob a forma de oligopólio (estrutura de mercado com pequeno número de grandes empresas que dominam o mercado internacionalmente) e as atividades de produção e comercialização de tabaco e seus derivados se estendem por mais de 50 países. São essas poucas e grandes empresas transnacionais que organizam todo o complexo agro-industrial de tabaco que é composto basicamente pela produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados. Para aumentar e melhorar a produção visando atender aos mercados em outros países e obter custos de produção cada vez menores, a indústria do tabaco tem encorajado países e agricultores a cultivarem tabaco, sobretudo em países em desenvolvimento. Através dessa estratégia, a produção de tabaco no mundo cresceu 59% entre 1985 e 1995. A maior parte desse aumento aconteceu em países em desenvolvimento, cuja produção aumentou em cerca de 128% entre 1985 e 1995, ao passo que a produção em países desenvolvidos caiu 31%. Entre 1985 e 1995, a produção de tabaco nos Estados Unidos caiu 18% e, em países como Brasil, China, Malawi, Vietnã e Zimbábue, o contrário ocorreu. Em 2000, quatro países responderam pela metade da produção global de tabaco: China (34%), Índia (10%), Brasil (8%) e Estados Unidos (7%). Vale salientar que, até 1997, os Estados Unidos eram o segundo maior produtor mundial. Atualmente, os principais produtores de tabaco no mundo são a China, o Brasil, a Índia, os EUA, o Zimbabwe e a Indonésia por ordem de magnitude da produção. Somente esses países são responsáveis por aproximadamente 70% da produção mundial de tabaco (DESER, 2003a). No entanto, as principais empresas da indústria são transnacionais, o que faz com que os lucros auferidos nos países onde se localizam suas subsidiárias sejam enviados às suas matrizes, localizadas em países desenvolvidos, como é o caso da Souza Cruz que remete seu lucro para o Reino Unido e a Philip Morris para os EUA (Campaign for Tobacco Free Kids, 2001). Atualmente, no Brasil, existe um grande clima de euforia por parte de alguns segmentos ligados à cadeia produtiva do tabaco, porque o Brasil está ocupando um lugar de destaque no mercado mundial de folhas de fumo: é o segundo maior produtor e o maior exportador desta commodity (DESER, 2003a; FAO, 2003). Historicamente, a partir dos anos 80 no RS, que é o maior estado produtor do país, a região do Vale do Rio Pardo foi berço de um amplo processo de instalação das grandes empresas multinacionais, que se fortaleceu em razão da fumicultura ser familiar (mão-de-obra barata) e devido ao bloqueio comercial ao atual Zimbábue (ex-Rodésia), o maior exportador de fumo para a Europa. Nessa região, o complexo agro-industrial promoveu o desenvolvimento de infra-estrutura física e institucional que definiu o modelo de desenvolvimento regional. Atualmente, a fumicultura é integrada ao complexo agro-industrial do fumo, composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados. Essas empresas se articulam com os fumicultores, em todas as fases da produção agrícola e na sua organização financeira. O vínculo entre produtor e capital é estabelecido pelo Sistema Integrado de Produção do Fumo (SIPF). Essa integração se dá através de contratos pelos quais as empresas se comprometem a fornecer assistência técnica gratuita aos produtores integrados, a repassar somente insumos certificados e aprovados para uso na cultura, a avalizar os financiamentos de insumos e investimentos, a custear o transporte da produção, desde a propriedade dos agricultores até as empresas, e a comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. Cabe aos produtores produzir os volumes de fumo contratados, utilizar somente insumos recomendados para a cultura e comercializar a totalidade de sua produção contratada aos preços negociados. Nesse contexto, os fumicultores são obrigados a usar tecnologia, sementes, fertilizantes e pesticidas fornecidos pelos técnicos da companhia de tabaco e a assumirem os custos dos insumos e infra-estrutura exigidos (a construção de fornos de tijolos para a cura e os custos do reflorestamento para a reposição da madeira, como a lenha utilizada nos fornos). No RS, por exemplo, na cidade de Santa Cruz do Sul, não existem fornecedores de sementes de tabaco ou de suprimentos relativos a esse tipo de cultivo. Todo o material é fornecido pela companhia de tabaco contratante. Ainda conforme estes autores, a atual estratégia organizacional tem permitido que a indústria do tabaco se mantenha conectada com a produção agrícola e exerça um absoluto controle sobre o processo de produção de tabaco e as atividades dos fumicultores. Ao mesmo tempo, tem evitado todas as responsabilidades de uma relação formal empregador-empregado. Estudo conduzido por Vogt (1994) mostrou que, enquanto os vínculos de subordinação entre produtores e capital mercantil não eram estabelecidos pelo SIPF, a fumicultura utilizava adubos orgânicos e a quantidade de tabaco produzida era definida pelos próprios fumicultores. Na medida que as grandes transnacionais começaram a se instalar no País, a autonomia findou-se e a produção passou a utilizar defensivos e fertilizantes químicos, estufas de fumo e assistência técnica. Como já mencionado, a mão de obra envolvida na cultura do fumo é predominantemente familiar. Em média, trabalham na lavoura do fumo cerca de 3,4 integrantes de cada família, o que equivale a cerca de 520 mil pessoas atuando nessa atividade, principalmente nos períodos do plantio, colheita, classificação e cura do fumo. O cultivo ocorre em cerca de 140 mil minifúndios, sendo que 86% da plantação são realizados em áreas de 25 hectares ou menos. Apenas 1,8% possuem mais de 50 hectares. Grande parte das regiões produtoras constitui-se de topografia acidentada onde a utilização da mecanização é quase impraticável, tornando o trabalho na lavoura intensivo e extenuante. O fumo é semeado em maio, transplantado em agosto e setembro e colhido no período de dezembro a fevereiro. Depois de semeadas, as mudas levam cerca de 60 dias para atingir o tamanho ideal para plantio, fase em que o controle das pragas é intensivo. Quando atingem o tamanho ideal, as mudas são transplantadas para a lavoura, já com a área adubada. A colheita é iniciada cerca de 60 dias após o transplante para a lavoura. Nesse período, o fumicultor monitora o crescimento e realiza o controle integrado de pragas e doenças. Após a colheita, as folhas ou as plantas são amarradas em varas e levadas para secar nas estufas (fumo do tipo Virgínia) ou nos galpões (fumo dos tipos Burley e Comum). Após o processo de cura, as folhas são agrupadas em maços com um número determinado de folhas agrupado conforme a classificação. O fumo é armazenado em paióis, onde aguarda a comercialização. As companhias de tabaco e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) divulgam amplamente que produzir tabaco gera um rendimento elevado para os fumicultores e que nenhuma outra atividade agrícola produz a mesma rentabilidade que o tabaco. Segundo esses atores, o fumo garante para o fumicultor uma renda superior a US$ 14,5 mil/ano, bem superior a outras atividades agrícolas que atingem apenas cerca de US$ 6,1 mil (DESER, 2003a). No entanto, análises mais cuidadosas realizadas através de pesquisas locais mostram que, na Região do Vale do Rio Pardo, no RS, que responde por 25% da produção do fumo do Sul do Brasil e onde 50% da sua população vivem no meio rural dedicando-se principalmente à produção de tabaco, a renda média dessas famílias registrada foi menor que US$ 13.000/ ano nas safras de 2011/2012 e 2013/2014.

**Descontados os gastos com os insumos utilizados na produção, a renda líquida apontou um resultado menor que US$ 6.500 por família ao ano, o que equivale a uma renda mensal de US$ 541 por família. Se considerarmos que cada família é composta por 4 membros, essa renda cai para US$ 135 mensais para cada membro. Ou seja, US$ 4.50 por dia valor considerado pela ONU como abaixo da linha da pobreza. Pesquisas realizadas entre os fumicultores na maior região produtora de fumo do país – localizada no entorno de Santa Cruz do Sul (RS) - mostram que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de plantar fumo, mas sentem falta de um apoio mais concreto para que esse desejo se realize. Assim, ao longo dos anos, o surgimento de iniciativas locais para buscar alternativas à fumicultura reforça o argumento de que a produção de fumo não satisfaz a expectativa das pessoas na busca de qualidade de vida.**

**PREMIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS OBTIDOS PELA ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME PELOS SEUS PROJETOS**

**1.PRÊMIO MELHORES DO ANO – Revista Prazeres da Mesa/Cacau Show**

ONG CIDADES SEM FOME recebe prêmio Melhores do Ano.

Pelo trabalho de levar a agricultura sustentável a todos, a ONG Cidades sem Fome recebeu o título de Responsabilidade Social na Gastronomia, no prêmio Revista Prazeres da Mesa/Cacau Show 2015.

**2.CIDADES SEM FOME RECEBE PRÊMIO MILTON SANTOS 2014, CONCEDIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Os melhores projetos de organização e desenvolvimento social de São Paulo receberam no dia 24.06.2014 a SALVA DE PRATA da Câmara Municipal de São Paulo, durante a entrega do Prêmio Milton Santos 2014. A premiação foi criada para homenagear entidades e pessoas que contribuíram com a cidade. A ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME, venceu na Categoria II - Projetos que resultam em novas formas de solidariedade social. O Prêmio Milton Santos é entregue a munícipes, organizações não governamentais, associações, instituições, grupos informais ou empresas que apresentam trabalhos promovendo formas locais de organização e desenvolvimento social no município de São Paulo. O Prêmio visa reconhecer publicamente essas importantes iniciativas.

**3.EMPREENDEDOR SOCIAL**

Em 2013, Hans Temp, o fundador da CIDADES SEM FOME, foi selecionado como EMPREENDEDOR SOCIAL pela Rede Ashoka, uma associação global de empreendedores/as sociais, em reconhecimento a sua visão, seu compromisso e soluções inovadoras em relação à alguns dos maiores desafios da sociedade.

A Ashoka é a maior organização mundial no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais – pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social. Está presente em 70 países tendo aproximadamente 3.000 empreendedores sociais. A Ashoka, organização criada pelo norte americano Bill Drayton em 1980, trabalha com diferentes públicos comprometidos com a mudança do mundo. Além de possuir uma rede ampla de empreendedores sociais, a Ashoka tem um papel fundamental na transformação e empatia em diversas esferas da sociedade.

**4.Prêmio FINEP DE INOVAÇÃO 2011**

A Organização CIDADES SEM FOME ganhou em 2011 o Prêmio de Inovação da FINEP na categoria "Tecnologia social" – 2º lugar região Sudeste. A FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) é um orgão público ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para projetos e estudos. A FINEP visa melhorar o desenvolvimento econômico e social no Brasil através do seu apoio público à economia, tecnologia, inovação nas empresas, universidades, instituições técnicas ou outros estabelecimentos públicos ou particulares. Em 2011 o prêmio foi distribuído em sete categorias tendo três finalistas por categoria. No total foram apresentadas 353 inscrições no país, 137 candidaturas foram da região Sudeste do Brasil. Os prêmios são destinados ao desenvolvimento e à continuação dos projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

**5.CIDADES SEM FOME ganha em 2010 o Prêmio " Dubai International Award for Best Practice to Improve the Living Environment (DIABP) 2010"**

A CIDADES SEM FOME foi escolhida por um júri independente, formado por especialistas internacionais, como um dos doze projetos vencedores do "Dubai International Award for Best Practice 2010". O prêmio foi de USD 30.000 por projeto, incluindo uma viagem a Dubai para dois representantes de cada organização para recebê-lo. O prêmio da UN-HABITAT, o programa de urbanização da ONU e da cidade de Dubai, é atribuído a cada dois anos a dez projetos urbanos que trabalham pela melhoria das condições de vida de seus cidadãos. Inovação, integração social e sustentabilidade são os critérios de grande importância para a conquista do prêmio. Melhores Práticas são contribuições relevantes para melhorar o meio ambiente e desenvolver comunidades em situação de vulnerabilidade social. São definidas pelas Nações Unidas e pela Comunidade Internacional como iniciativas bem sucedidas que:

•apresentam impacto visível e tangível na melhoria da qualidade de vida das pessoas;

•são resultados de parcerias eficazes entre os setores público, privado e da sociedade civil;

•são socialmente , culturalmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis;

Melhores Práticas são promovidas e utilizadas pelas Nações Unidas e pela Comunidade Internacional como um meio de:

•incentivo às políticas públicas baseadas em projetos que realmente funcionam;

•sensibilização para os tomadores de decisão em todos os níveis, envolvendo a população em potenciais soluções para problemas comuns nas áreas social, econômica e ambiental;

•Compartilhamento e transferência de competências, conhecimentos e experiências através de redes mútuas de aprendizagem.

**6**.**CIDADES SEM FOME recebe o Prêmio-AEA de Meio Ambiente (2009)**A a A ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME ganhou com o seu projeto Hortas Comunitárias o Prêmio de Meio Ambiente na categoria Responsabilidade Social na 3a edição do Prêmio AEA de Meio Ambiente. O prêmio da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva) tem como objetivo homenagear as empresas cujos projetos tecnológicos e sociais beneficiam o meio ambiente em relação à qualidade de vida. Além disso, o prêmio é atribuído às universidades, institutos de pesquisa ou think tanks (usina de idéias) que desenvolvem conceitos tecnológicos visando a redução da degradação ambiental. O prêmio foi recebido no XI Jantar do Meio Ambiente da AEA, em 8 de junho de 2009, em São Paulo.

**QUEM COORDENA A CIDADES SEM FOME E SEUS PROJETOS**

**Resumo do currículo do fundador Hans Dieter Temp**

Hans Dieter Temp – 04.11.1964

Técnico Agrícola com experiência no cultivo de arroz, soja, milho, trigo, feijão, produção de hortaliças em estufas e no processo tradicional de produção. Conhecimentos em trabalhos de implantação de pomares e projetos de reflorestamento. Participação em projetos de catalogação e desenvolvimento de banco de dados de espécies nativas brasileiras. Conhecimento das técnicas de produção de mudas de plantas frutíferas, leguminosas, arbóreas, medicinais e aromáticas e flores em viveiros. Experiência no desenvolvimento de projetos sociais para a geração de emprego e renda. Foi Coordenador do Programa de Agricultura Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo pela Secretaria do Meio Ambiente, coordenador da implantação do projeto “Hortas nas Escolas” da cidade de Peruíbe/SP e coordenador Administrativo e Financeiro da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi o fundador e atualmente coordena a ONG Organização Cidades sem Fome, em projetos de Agricultura Urbana, Hortas Comunitárias e Hortas Escolares.

Formação: Curso Técnico em Agropecuária e Políticas Ambientais – Tübingen – Alemanha

Administrador de Empresas, Rio de Janeiro, RJ.

Outros Cursos: Curso de Formação de Educadores e Gestores de Projetos de Geração de Renda – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas-SP,

Curso sobre Métodos de Gerenciamento de Projetos – Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA-SP,

Gestão de Projetos Sociais – BrazilFoundation.

Em janeiro de 2013 foi selecionado e agraciado com o título de Empreendedor Social pela ASHOKA